

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DO TERRITÓRIO: AS
RELAÇÕES DE TRABALHO SUBORDINADAS AO
MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA¹**

***LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO Y DEL
TERRITORIO: LAS RELACIONES DE TRABAJO
SUBORDINADAS AL MODO DE PRODUCCIÓN
CAPITALISTA***

***THE PRODUCTION OF THE SPACE AND OF
THE TERRITORY: THE RELATIONS OF
WORK SUBORDINATED TO THE WAY OF
CAPITALIST PRODUCTION***

Rodrigo Simão Camacho

Mestrando em Geografia da UFMS Três Lagoas (MS).

E-mail: simaocamacho_ufms@yahoo.com.br

Resumo: É por meio das relações de trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza, se apropriando dela e a transformando. Ocorre, então, o processo de humanização da natureza que se torna segunda natureza. E nessa relação à sociedade produz o espaço. O trabalho surgiu para atender as necessidades mais básicas do ser humano como, primordialmente, se alimentar. Mas sob o modo de produção capitalista o trabalho se tornou condição para a produção/reprodução e acumulação de capital. Neste sentido, o processo de produção/reprodução do espaço se transforma em uma expressão espacializada do processo de produção/reprodução do capital. A subordinação das relações de trabalho ao capital gera a alienação. O conceito de alienação foi criado por Marx para explicar que no modo de produção capitalista o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, sendo apropriado pela burguesia. É neste contexto, também, que temos que entender a produção do território pela sociedade, ou seja, é a lógica dialética de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território.

¹ Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado sob orientação da Profa. Dra. Rosemeire A. de Almeida, sendo que para sua publicação como artigo sofreu alterações em relação ao original.

Palavras-chave: espaço; território; trabalho; capitalismo; sociedade-natureza.

Resumen: Es por medio de las relaciones de trabajo que el ser humano se relaciona con la naturaleza, se apropiando de ella y la transformando. Se produce entonces el proceso de humanización de la naturaleza que se convierte en segunda naturaleza. Y en esta relacione, la sociedad produce el espacio. El trabajo apareció para satisfacer las necesidades más básicas de los seres humanos como, primordialmente, alimentarse. Con todo, en el marco del modo de producción capitalista el trabajo se convirtió en la condición de la producción / reproducción y la acumulación de capital. En este sentido, el proceso de producción / reproducción del espacio se transforma en una expresión espacializada del proceso de producción / reproducción del capital. La subordinación das relaciones del trabajo al capital produce la alienación. El concepto de alienación fue creado por Marx para explicar que en el modo de producción capitalista el producto del trabajo no pertenece al trabajador siendo apropiado por la burguesía. Es en este contexto, también, que debemos entender la producción del territorio por parte de la sociedad, porque es la lógica dialéctica del desarrollo de las fuerzas productivas que dan la configuración histórica específica al territorio.

Palabras clave: espacio; territorio; trabajo; capitalismo; sociedad-naturaleza.

Abstract: It is through the relations of work that the human being is connected with the nature, appropriating of her and her transforming. It occurs, then, the process of humanization of the nature that if becomes second nature. And in this relation to the society it produces the space. The work appeared to attend the most basic necessities of the human being like, primordially, to be fed. But under the system of capitalist production the work became a condition for the production / reproduction and accumulation of capital. In this sense, the process of production / reproduction of the space is transformed into an espacealized expression of the process of production / reproduction of the capital. The subordination of the relations of work to the capital produces the alienation. The concept of alienation was created by Marx to explain that in the way of capitalist production the product of the work does not belong to a worker, being appropriated by the bourgeoisie. It is in this context, also, that we have to understand the production of the territory for the society, in other words, it is the dialectic logic of development of the productive strength that give the historical specific configuration to the territory.

Key words: space; territory; work, capitalism; society-nature.

INTRODUÇÃO

A geografia é uma ciência que, da mesma forma que as outras ciências sociais, têm como objeto de estudo a sociedade. Todavia, a geografia a estuda por meio de suas categorias de análise como espaço, território, paisagem, região e lugar, ou seja, a geografia apresenta um modo particular de estudar a sociedade.

O espaço geográfico é uma totalidade dinâmica e contraditória produzida historicamente na relação entre sociedade e natureza mediada pelas relações de trabalho, ou seja, o que temos no processo de produção espacial é a natureza primitiva transformada em segunda natureza, este é o processo de historicização/humanização/socialização da natureza.

Todavia, partindo do pressuposto que as relações de trabalho se encontram subordinadas ao modo de produção capitalista, o processo de produção do espaço se faz condicionado, também, ao capitalismo que tem como características inerentes a sua lógica a produção/reprodução e acumulação do capital fruto da exploração do trabalho, gerando como consequências: as desigualdades, as contradições e a luta de classes. Acumulação de capital esta que, atualmente, está relacionada à internacionalização da economia, ou seja, ao processo desigual e combinado do capitalismo globalizado.

Logo, trabalho é um conceito chave para entendermos o processo de produção do espaço e do território. Para Marx e Engels (1977) é por meio do trabalho que o ser humano constrói suas relações sociais. O trabalho desempenha a função primordial de propiciar que o ser humano se relacione com a natureza para suprir as suas necessidades de sobrevivência. Ou seja, o ser humano ao sentir fome, sede e frio passa a intervir na natureza a fim de suprir essas necessidades.

Todavia, sob o modo de produção capitalista o trabalho se tornou, primordialmente, produtor de mercadorias e mais-valia gerando a alienação/coisificação/desumanização. Pois, a produção no capitalismo não é apropriada pela classe que a produziu, assim, contraditoriamente, quanto mais se produz, mais aumentam as disparidades sociais. Então, se aumenta a acumulação de poucos e a exclusão de muitos.

O trabalho e o produto do trabalho não pertencem mais ao trabalhador, pertencem agora ao capitalista que vive da exploração do

trabalho alheio e tem como renda o capital. Também, com a coisificação das relações, aumenta-se a valorização das mercadorias e diminui-se, proporcionalmente, a valorização do ser humano. Esse processo é, segundo Marx, a inversão de valorização do mundo dos homens, pelo mundo das coisas. Dessa maneira, se as relações de trabalho no capitalismo ocorrem visando lucro, então, a natureza se transforma em mercadoria, logo, a destruição da natureza é parte integrante desse processo que se intensifica na medida em que o capital se internacionaliza.

O território como resultado da espacialização que a sociedade desenvolve tem como característica principal seu processo dialético de construção. A produção do território deve ser entendida a partir da subordinação ao modo de produção vigente e, portanto, sua produção é influenciada, principalmente, pelo atrelamento entre o poder político e o poder econômico. Neste sentido, são os sujeitos que constroem o território, no seu processo de reprodução material e simbólica, historicamente, por meio da luta de classes e condicionados pela lógica dinâmica e contraditória do modo de produção capitalista.

Território e espaço não são sinônimos, por isso vamos entender esses conceitos a partir de alguns autores que produziram reflexões teóricas acerca dessas categorias de análise geográfica a partir de uma posição política emancipatória. Sendo que para compreendermos o conceito de território discutiremos, principalmente, a partir das construções teóricas de Raffestin (1993) Oliveira (2004) e Haesbaert (2006) e para compreendermos o conceito de espaço analisá-lo-emos a partir, principalmente, das reflexões teóricas de Moreira (1994) e Corrêa (1986).

PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL/GEOGRÁFICO E DAS RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS: RELAÇÕES DE TRABALHO SOCIEDADE/NATUREZA

Conceber o espaço como totalidade é entender o espaço geográfico como um elemento híbrido formado por “sistema de objetos e sistema de ações” (SANTOS, 1997). Ou seja, objetos naturais e objetos sociais em relação dinâmica com a sociedade. Corroborando nesse sentido Straforini (2004, p. 175) afirma que a ciência geográfica:

[...] deve buscar a compreensão do espaço geográfico, esse entendido como um sistema indissociável de sistema de objetos e sistema de ações. Para que os objetos e ações permaneçam indissociáveis o espaço não pode perder o sentido de totalidade-mundo.

Como o espaço geográfico é uma totalidade que envolve sociedade e natureza, é função da ciência geográfica interpretar a produção do espaço pela sociedade capitalista, com suas desigualdades, contradições e luta de classes. Além do que devemos entender o processo de apropriação da natureza pela sociedade por meio do trabalho sob o modo de produção capitalista. Nas palavras de Oliveira (1994, p.142) o espaço:

[...] é uma totalidade que envolve sociedade e natureza. Cabe à geografia levar a compreender o espaço produzido pela sociedade em que vivemos hoje, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza.

Segundo Moreira (1985, p.68) “[...] a essência da aparência estará ditada pelo caráter histórico que o trabalho adquire em cada sociedade”. Por isso, temos que entender a relação de trabalho como um dos temas centrais da geografia para se entender a produção do espaço social/geográfico ou das relações socioespaciais, pois sociedade e espaço social são dimensões gêmeas (HAESBAERT, 2006). Neste sentido, a “[...] ‘relação do homem-meio’ é uma relação de trabalho. Logo o que se tem na forma da organização espacial é a própria sociedade” (MOREIRA, 1985, p. 68).

Podemos explicar essa relação, segundo Moreira (1985), da seguinte forma: a existência do ser humano é garantida por meio das relações de trabalho. Isso quer dizer que é por meio do trabalho que o ser humano transforma a natureza em objetos que satisfaçam suas necessidades e garantam a sua reprodução. Daí a relação homem-meio ser uma relação de trabalho que propicia a produção das relações socioespaciais. Em suas palavras:

A configuração da geografia como mundo circundante decorre do fato de que a existência humana é garantida pelo trabalho dos homens.

Pelo seu trabalho os homens transformam a natureza em objetos para consumo e para lhes aumentar a sua capacidade de trabalho. A natureza fornece o material, que o trabalho do homem transformará nos objetos com os quais satisfará a suas necessidades variadas. (MOREIRA, 1985, p. 68).

Por isso, concordamos com Marx e Engels que o trabalho criou o próprio ser humano. Sendo assim, ele é responsável por atribuir valor as coisas e, assim, criar mercadorias por meio da transformação da natureza, produzindo toda a riqueza existente. Mas, não é apenas isso, concebemos que o trabalho tem uma importância maior, a ponto de podermos afirmar que o trabalho é a condição de existência da vida humana, ou seja, é a essência que garante a nossa reprodução enquanto seres sociais. Nas palavras de Marx e Engels (1977, p. 63):

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

Nesta perspectiva, Marx e Engels vão explicar que essa relação foi um processo que nasceu simples, visando apenas atender as necessidades básicas de sobrevivência do ser humano, e se transforma em um processo complexo com o passar do tempo. O trabalho surgiu para atender as necessidades mais básicas do ser humano, sobretudo, de alimentação, por meio, primordialmente, da caça e da pesca e, mais tarde, da agricultura e da pecuária. Entretanto, com o passar do tempo, e com o desenvolvimento de todo o corpo do ser humano, fomos aprendendo operações mais complexas, visando atingir, cada vez mais, objetivos mais difíceis. Então, cria-se o comércio, a navegação, a ciência e a arte. As tribos se transformam em nações e com elas surgem o Estado, o direito e a política. Até chegar ao ápice da criação humana, a religião. Em suas palavras:

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram

aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram às nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. [...]. (MARX; ENGELS, 1977, p.69).

Entendemos que as relações de trabalho se originam das próprias necessidades materiais humanas de sobrevivência. Ou seja, o ser humano ao sentir fome, sede e frio passa a intervir na natureza a fim de suprir essas necessidades. Sendo assim, é por meio do trabalho que os homens estabelecem relações entre si e com a natureza, pois se faz necessário definir socialmente o modo de produção e a forma de distribuição dessa produção. Daí surge os sistemas socioeconômicos e as relações socioespaciais.

A partir das necessidades do homem em termos de fome, sede e frio verifica-se uma ação de intervenção na natureza. Do caráter social, envolvendo um trabalho organizado coletivamente, implica uma certa divisão do trabalho e a definição do quê, quanto e como será a produção. E ainda de que jeito reparti-la. Surgem então relações sociais que têm sua essência na produção. É no trabalho social que os homens estabelecem relações entre si e, a partir destas, com a natureza. (CORRÊA, 1986, p. 54).

Logo, em síntese, o que temos nessa relação de trabalho é a “[...] natureza primitiva transformada em segunda natureza, para empregar uma expressão de Marx [...] a organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social” (CORRÊA, 1986, p. 54).

A segunda natureza, portanto, seriam todas as formas espaciais ou os fixos e fluxos distribuídos sobre a superfície da terra. É, portanto, toda a produção social da natureza, ou seja, todas as construções humanas, desde a nossa casa, a cidade que moramos, o cam-

po onde produzimos a agricultura, as pontes, as estradas, etc. Tudo isso é a segunda natureza, que é organizada espacialmente pela sociedade. Dito de outra forma:

Os campos cultivados, os caminhos, os moinhos e as casas, entre outros, são exemplos de segunda natureza. Estes objetos fixos ou formas dispostas espacialmente (formas espaciais) estão distribuídos e/ou organizados sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica. O conjunto de todas essas formas configura a *organização espacial da sociedade*. (CORRÊA, 1986, p. 54, grifo nosso).

No interior dessa relação de trabalho está o espaço social/geográfico, ou seja, “se considerado no seu plano mais geral a geografia é o que Karl Marx (1818-1883) disse sobre o processo do trabalho: historicização da natureza e naturalização da história [...]”. (MOREIRA, 1985, p. 74). É por meio desse processo que ocorre a fusão entre a história dos homens e a história natural. Dessa maneira, “Diz Marx que, desde o aparecimento do homem na face da Terra a história dos homens e história da natureza confunde-se e se fundem em um só e mesmo plano” (MOREIRA, 1985, p. 74).

Neste processo de historicização da natureza, por meio das relações de trabalho, é produzida a sociedade e o espaço social. Assim podemos dizer que, da mesma forma que as outras ciências sociais, o: “[...] objeto da geografia é a sociedade, e não a paisagem, a região, o espaço ou outra coisa qualquer” (CORRÊA, 1986, p. 52). Todavia, a geografia a estuda por meio de suas categorias como o espaço, território, paisagem, região e lugar, ou seja, “[...] a geografia representa um modo particular de se estudar a sociedade” (CORRÊA, 1986, p. 53). Sendo assim, “[...] a organização espacial é a própria sociedade espacializada” (CORRÊA, 1986, p. 53, grifo nosso).

A organização espacial é, para Corrêa, fruto da própria necessidade de reprodução da sociedade, visto que o espaço social/geográfico² é formado pelos objetos produzidos pelo trabalho social, e estes, por sua vez, viabilizam a reprodução da sociedade. Dito de outra maneira:

² Espaço geográfico para Corrêa e Moreira é o espaço já humanizado/historicizado/geograficizado. Ele é produzido e organizado pelo ser humano em sociedade, ou seja, não se trata do espaço natural, anterior às ações humanas, é o espaço socializado.

A organização espacial é assim constituída pelo conjunto das inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social. A sociedade concreta cria seu *espaço geográfico* para nele se realizar e reproduzir, para ela própria se repetir. Para isto, cria formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície da Terra. Caso contrário, insistimos, a sociedade se extinguiria. (CORRÊA, 1986, p. 57, grifo nosso).

Para entendermos melhor porque a organização espacial ou o espaço social/geográfico é a sociedade espacializada, vamos transcrever uma metáfora onde Ruy Moreira compara o espaço a um ginásio esportivo polivalente, ou seja, onde se realizam inúmeras atividades, cada qual com suas relações produzidas pelos sujeitos que participam do jogo:

Imagine um ginásio esportivo polivalente. A quadra está organizada para ali realizarem-se jogos de vôlei, basquete e futebol de salão. Para cada esporte (atividade), a quadra (superfície da Terra) tem um zoneamento específico (regiões) [territórios], áreas limitadas por linhas onde há regras (leis, códigos morais) e um juiz (aparelho repressor). Cada jogador (agente realizador de uma atividade) tem uma posição dentro da quadra (localização da atividade) e há caminhos a serem percorridos pelo jogador e a bola (fluxos, materiais ou não). Em outras palavras, para cada esporte existe uma organização espacial específica. (MOREIRA *apud* CORRÊA, 1986, p. 59).

O TRABALHO E A PRODUÇÃO/ORGANIZAÇÃO ESPACIAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Tendo em vista que “[...] as sociedades produzem o espaço, conforme seus interesses em determinados momentos históricos [...]” (OLIVEIRA, 1994, p. 142), a produção/organização espacial não se faz aleatoriamente, há fatores determinantes que devem ser enfatizados na construção espacial se estamos tecendo uma explicação baseada numa interpretação dialética da realidade.

Neste sentido, se é o trabalho humano o responsável pela produção do espaço social/geográfico, logo, não podemos deixar de considerar que no modo de produção capitalista o trabalho acontece subordinado ao capital, ou seja, a burguesia é quem dita as regras do trabalho: o que, como, para quem produzir. E os trabalhadores apenas obedecem às ordens³. Temos ainda o Estado capitalista que legitima as ações do capital. Sendo assim, o poder econômico e o poder jurídico-político são os principais agentes produtores/organizadores do espaço social/geográfico no modo de produção capitalista.

Organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital. (CORRÊA, 1986, p. 61).

Deste modo, a “[...] reprodução ampliada do espaço é uma expressão espacializada do processo da reprodução ampliada do capital” (CORRÊA, 1986, p. 61). Portanto, não podemos pensar em produzir uma ciência que busca compreender essência da realidade sem entender como as relações socioespaciais são produzidas e, conseqüentemente, sem entender a subordinação dessas relações ao modo capitalista de produção. Em uma sociedade de classes, o espaço social/geográfico refletirá a natureza classista dessa sociedade, bem como sua forma de produção e o consumo dos bens materiais. Visto que o espaço reflete as características do grupo que o criou. Dito de outra maneira:

[...] a organização espacial é, como já vimos, expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social. Como tal, refletirá as características do grupo que a criou. Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a

³ Não estamos aqui retirando a capacidade transformadora dos sujeitos, estamos apenas esclarecendo como as relações ocorrem no capitalismo “de cima para baixo”, desde que não haja um processo de resistência/mudança social.

natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção. (CORRÊA, 1986, p. 56).

Devido a esse processo de produção/organização do espaço social/geográfico pelo capitalismo, possuímos uma realidade brasileira que é marcada pela desigualdade e exploração, logo estes temas têm que ser pensados de maneira crítica, longe da neutralidade. Temos que compreender essas questões de maneira plena, num contexto de internacionalização da economia num mundo capitalista globalizado. Entendemos que a nossa interpretação do espaço social/geográfico (ou do território para OLIVEIRA, 2004) se faz de forma a entender como que os processos contraditórios do capitalismo mundializado interferem nas relações socioespaciais e, logo, na vida das pessoas.

Nesta perspectiva, entendemos que, no Brasil, o fenômeno de internacionalização da economia está no cerne das explicações acerca da reprodução das desigualdades socioespaciais. Uma das causas dessas desigualdades está na própria relação da elite com o Estado e na relação dos países subdesenvolvidos com os países desenvolvidos, pois os primeiros têm que pagar uma dívida impagável para os segundos, agravando a desigualdade interna. Isso ocorre porque possuímos um capital nacional explorador e unido ao capital internacional, além de um Estado capitalista que legitima essas ações. Os grandes grupos econômicos, no campo ou na cidade, exploram a natureza e os trabalhadores que são, por sua vez, transformados em mercadoria em nome do desenvolvimento.

Nessa lógica de internacionalização da economia, uma questão que marca esse debate é a produção nacional para o consumo internacional, ou seja, produzimos para as outras nações consumirem. Por isso, a produção agrícola se limita ao agronegócio exportador e produtor de grãos e de biodiesel, marcando a divisão territorial, em escala mundial, do trabalho. Nas palavras de Oliveira:

A sociedade se move, se agita. Os grandes grupos econômicos vão implantando seus grandes projetos de exploração/expropriação das riquezas naturais do país. E em nome do “exportar é o que importa”, a riqueza produzida no Brasil não tem

conseguido pagar a impagável dívida externa que estes mesmos trabalhadores não fizeram.

O lugar do Brasil no contexto do capitalismo monopolista se redefiniu, redefinindo o lugar internacional do trabalho dos trabalhadores brasileiros. O país produz para as nações avançadas consumirem. E objetivando produzir para exportar, o país endividou-se e foi endividado. A lógica da dívida não é e é, ao mesmo tempo, nacional. A economia brasileira internacionalizou-se, mundializou-se no seio do capitalismo mundial. (OLIVEIRA, 1994, p. 136).

Também entendemos que inerentes a esse processo de produção/organização do espaço social/geográfico pelo capitalismo, estão às questões ambientais, tão importantes para o contexto histórico atual. Por isso, não podemos pensar este processo externo a relação capital-trabalho. Pois, se as relações de trabalho no capitalismo ocorrem visando lucro, então, a natureza se transforma em mercadoria, logo, a destruição da natureza é parte integrante desse processo que se intensifica na medida em que o capital se internacionaliza. Dito de outra maneira:

[...] Como o processo de trabalho é uma relação homem-meio apontada para o lucro pela via da produção de mercadorias de baixo custo, a relação é de depredação. A destruição e degradação da natureza que realiza o trabalho capitalizado intensificam-se com o aprofundamento da divisão capitalista de trabalho e sua internacionalização. (MOREIRA, 1985, p. 77).

A alienação, também, está inserida nessa relação de trabalho capitalista. Pois, a fim de aumentar a produtividade aumenta-se, então, a exploração do homem e da natureza. Esta relação é responsável pelo processo de alienação do trabalho por meio da intensificação das dicotomias entre homem e natureza, entre produtores e produto, entre trabalho intelectual e trabalho manual. Sendo que o aumento da alienação significa, proporcionalmente, aumento do poder do capital. Nas palavras de Moreira (1985, p. 77-78):

Perseguindo a elevação da produtividade do trabalho como forma de elevação da taxa da exploração do trabalho e da natureza o capital dicotomiza a

sociedade ilimitadamente, e amplia a base da alienação do trabalho e da natureza: intensifica a separação entre o homem e a natureza, entre produtores e produtos, entre trabalho de direção intelectual e trabalho manual. [...] Quanto mais alienação integraliza-se na sociedade, maior o poder do capital sobre o conjunto da sociedade.

O conceito de alienação foi criado por Marx para explicar que, no modo de produção capitalista o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, sendo apropriado pela burguesia, servindo apenas para reprodução do capital e, conseqüentemente, aumentando a desigualdade. O resultado é o estranhamento entre o produtor e a sua obra produzida. Por isso, o trabalho perde seu caráter emancipatório e inerente ao ser humano e torna-se, então, instrumento de reprodução do capital. Neste sentido, Neves (*apud* LOUREIRO, 2004, p. 95) afirma:

Alienação é um conceito clássico utilizado por Marx e tendências influenciadas por este, cuja formulação se baseia, inicialmente, nas implicações decorrentes do fato de que no capitalismo o produto do trabalho torna-se um poder independente e estranho ao trabalhador. Em outras palavras, significa que os progressos obtidos nos últimos séculos não favorecem a emancipação, mas ampliação do poder objetivo do capital sobre o trabalho, do ser sobre o ser. [...].

No capitalismo, o trabalho além de alienar é produtor das próprias contradições nas quais se encontra inserido. Ou seja, a produção no capitalismo não é apropriada pela classe que a produziu, assim, contraditoriamente, quanto mais se produz, mais aumentam as disparidades sociais. Então, se aumenta a acumulação de poucos e a exclusão de muitos. Pois, a produção de mercadorias não possibilita a melhoria de acesso aos bens produzidos socialmente, pois estes são apropriados individualmente, aumentando ainda mais a distância entre o produtor (trabalhador) e o dono da produção (capitalista). O próprio avanço da ciência e da tecnologia não significa melhorias de vida para a população, mas, sim, fontes de acumulação por parte dos detentores dos meios de produção, reproduzindo, e, até mesmo, intensificando a estratificação social. Logo, o trabalho alienado no capi-

talismo significa a coisificação das relações sociais e o aumento das diferenças sociais. Dito de outra maneira:

[...] Assim, quanto mais se produz, mais as classes populares se vêem privadas dos objetos necessários à sua sobrevivência e mais se coisifica a vida e se reedifica a dimensão econômica na lógica do livre mercado. Quanto mais se desenvolve científica e tecnologicamente, mais se aprofundam a miséria e a falta de acesso aos bens materiais que permitem objetivamente uma vida digna. [...]. (NEVES *apud* LOUREIRO, 2004, p. 95).

Nessa relação, segundo Marx, o trabalho e o trabalhador se transformam em mercadorias destinados a produzir outras mercadorias. Tendo em vista que com a coisificação das relações, aumenta-se a valorização das mercadorias e diminui-se, proporcionalmente, a valorização do ser humano. É a inversão dos valores do “ter” sobre o “ser”. Em suas palavras:

Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX *apud* LOUREIRO, 2004, p. 95).

Podemos refletir a respeito da deformação do sentido “criador” que o trabalho adquiriu sob o modo de produção capitalista, na canção “Música de trabalho”, composta por Renato Russo. Por meio dela o compositor diz que apesar do ser humano necessitar do trabalho para conseguir a dignidade cobrada pela sociedade moderna, o máximo que o trabalhador consegue é um emprego para ser explorado, seguindo de forma submissa as ordens do patrão e ganhando o suficiente para, apenas, se reproduzir enquanto trabalhador, vivendo, por isso, na miséria.

Essa relação é fruto de uma desigualdade que faz com que muitos não tenham “nada”, enquanto alguns, os detentores dos meios de produção, tenham mais do que precisam. Todavia, apesar de sabermos que é isso o que acontece, não podemos aceitar, visto que não existe fatalidade nessa relação, pois as relações são dinâmicas e

mutáveis. Por isso, partindo do princípio que o conhecimento, a educação, a ciência, a arte, a teologia, etc., não são neutras, devemos, pois, demonstrar a nossa posição frente à realidade contraditória e desigual capitalista. Dessa maneira, como fez Renato Russo na sua composição, nós, professores e pesquisadores de geografia, temos que definir nossa posição política em nossa atuação intelectual. Em suas palavras:

Sem trabalho eu não sou nada
Não tenho dignidade
Não sinto o meu valor
Não tenho identidade
Mas o que eu tenho
É só um emprego

E um salário miserável
Eu tenho o meu ofício
Que me cansa de verdade
Tem gente que não tem nada
E outros que têm mais do que precisam...
Eu sei o que acontece
Se você não segue as ordens
Se você não obedece
E não suporta o sofrimento
Está destinado à miséria

Mas isso eu não aceito
Eu sei o que acontece
Mas isso eu não aceito
Eu sei o que acontece⁴

Na mesma perspectiva, a banda Paralamas do Sucesso, e seu compositor Herbert Vianna, pensam e escrevem acerca de como atualmente os seres humanos se tornaram escravos do trabalho. Ou seja, devido a uma superexploração por parte do capitalista, que não pode interromper a produção, a fim de manter o acúmulo de capital, o trabalhador vive em prol do trabalho sem, no entanto, se apropriar do que é fruto dele. Se transformando em mais uma mercadoria para o capitalista, útil apenas enquanto mão-de-obra:

⁴ Legião Urbana. Música: “Música de trabalho”. Álbum: A tempestade, 1996.

Eu às vezes fico a pensar
Em outra vida ou lugar
Estou cansado demais
Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei
E eu não sei
Eu não vejo além de fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas
Ah, Eu acordo prá trabalhar
Eu durmo prá trabalhar
Eu corro prá trabalhar⁵

Se o emprego leva a exploração e subordinação, sua ausência leva a perda da dignidade e a humilhação, em muitos casos. Para viver, muitos desempregados (ou integrantes do exército de reserva) necessitam fazer serviços considerados informais, pois não possuem nenhuma forma de legalização de seu trabalho, são: engraxates, coletores de materiais recicláveis, vigilantes de carros, flanelinhas, vendedores ambulantes de faróis, camelôs, dentre outros. Sendo que esses serviços, normalmente, são prestados pelos marginalizados do sistema a fim de atender as necessidades da classe que possui maior abundância em nossa sociedade. Quando não conseguem nem esse tipo de ocupação para fazer, são obrigados a pedir esmolas. É nesta perspectiva, que a banda Plebe Rude fala a respeito escrevendo o seguinte:

...Posso
Vigiar teu carro
Te pedir trocados
Engraxar seus sapatos...⁶

A exclusão e o desemprego provocados pela lógica perversa do capitalismo conduzem à proliferação de uma multidão de miseráveis, mendigos, pedintes, indigentes, etc. Termos usados para classificar os marginalizados/desumanizados pelo sistema, a eles é negado

⁵ Paralamas do Sucesso. Música: Capitão de Indústria. Album: Nove Luas, 1998.

⁶ Plebe Rude. Música: "Até Quando Esperar". Álbum: O concreto já rachou, 1985.

inclusive o acesso ao trabalho. Partindo do princípio que o trabalho criou o homem, o desemprego leva a desumanização do ser humano. A banda Skank narra essa questão em sua música “esmola”:

Uma esmola pelo amor de Deus
Uma esmola, dê, por caridade
Uma esmola pro ceguinho, pro menino
Em toda esquina, tem gente só pedindo

Uma esmola pro desempregado
Uma esmolinha pro preto pobre doente
Uma esmola pro que resta do Brasil
Pro mendigo, pro indigente...

Eu tô cansado, de dar esmola
Essa quota miserável da avareza
Se o país não for pra cada um
Pode estar certo
Não vai ser pra nenhum...⁷

O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA - A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E DA TERRITORIALIZAÇÃO SOB O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Da mesma maneira que as outras ciências sociais “a sociedade é o tema verdadeiro da geografia [...]” (MOREIRA, 1984, p. 68). Entretanto, a geografia possui um modo particular de estudar a sociedade (CORRÊA, 1986), visto que a reprodução da sociedade é analisada pela ciência geografia por meio de suas categorias de análise que são: espaço, paisagem, lugar, região e território. Neste sentido, alguns pesquisadores da geografia entendem o território como tema central da investigação geográfica, como é o caso de Oliveira (2004, p. 40) que segue autores como Lefebvre, Raffestin, Quaini, Lacoste, entre outros.

Diferentemente de alguns geógrafos, Raffestin faz distinção entre o que é o espaço e o que é o território explicando que: “espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usados sem critério,

⁷ Música: Esmola. Álbum: Calango, 1994.

os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo em que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias [...]”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Segundo Raffestin (1993) o espaço antecede ao território. É a partir do espaço que o território é produzido, ou seja, o espaço se transforma em território na medida em que ocorre a apropriação (material e/ou simbólica) do espaço pelos sujeitos. Este processo pode ser denominado de territorialização do espaço. Neste caso, para Raffestin a humanização da natureza não cria um espaço geográfico/social ou uma organização espacial e, sim, um território⁸. Vejamos em suas palavras:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Para Lefebvre (*apud* RAFFESTIN, 1993), a territorialização do espaço ocorre na medida em que esse espaço é humanizado/historicizado, ou seja, é modificado pelas relações de trabalho e contém, por isso, relações de poder. Isto significa que as instalações dos fixos e fluxos no espaço, bem como todas as modificações no processo de organização espacial como a agricultura, pecuária, indústrias, rodovias, etc., são produções do trabalho humano que transformam o espaço em território.

[...] Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço

⁸ Daí a diferença do conceito utilizado por Raffestin de “território” e o conceito de espaço geográfico utilizado por Ruy Moreira e Lobato Corrêa para denominarem o mesmo objeto de estudo, pois para esses últimos o processo de humanização da natureza cria a sociedade e sua espacialização é o espaço geográfico, ou “organização espacial”, que seria a forma geográfica de estudar a sociedade. Essa organização espacial para Raffestin já é o território e não mais o espaço, pois o espaço desaparece com a ação humana. Para Moreira e Corrêa este espaço que antecede uma ação humana não é objeto de estudo da geografia, pois não possui relações sociais.

físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.". O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O espaço no entendimento de Raffestin (1993) é como se fosse a natureza primitiva/natural, de que nos fala Marx. Essa natureza ao entrar em contato com o ser humano, por meio das relações de trabalho, transforma-se de natureza ou espaço natural em sociedade que, por sua vez, ao se apropriar deste espaço o transforma em território. Neste caso, o território é o processo de espacialização da sociedade. Vejamos suas explicações:

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

De forma geral, podemos dizer que "[...] o território é entendido como um espaço constituído de um conjunto de relações entre os homens e entre os homens e seu ambiente material [...]" (CREVOISIER, 2003).

Portanto, podemos dizer que todas as relações humanas acontecem no território, por isso entendemos a territorialização como uma relação inerente ao ser humano. Ou seja, à dimensão espacial e a territorialidade são componentes indissociáveis da condição humana (HAESBAERT, 2006, p. 16).

Isso quer dizer que "[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas [...]" (SANTOS, [199?], p. 9). Para Santos⁹, o território é o espaço onde todas as

ações humanas acontecem, ou seja, é o espaço onde ocorre a reprodução material e simbólica do ser humano. Dessa forma, “[...] o Território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. [...]” (SANTOS, [199?], p. 9). Sendo assim, é o espaço de todas as produções humanas, é o lugar de todos os homens, de todas as empresas e de todas as instituições (SANTOS, [199?]).

Nesta concepção, o território é entendido em todas as suas dimensões que envolvem desde a materialidade à subjetividade humana. Pensando a partir desta concepção o território passa a ser uma categoria geográfica que representa a totalidade, por isso as concepções acerca do território devem sempre ser integradoras, tentando “[...] buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações” (HAESBAERT, 2006, p. 42).

Neste sentido, todas as relações humanas fazem parte do território porque todos nós necessitamos nos territorializar, pois este processo envolve desde o domínio político-econômico à apropriação simbólico-cultural do espaço pelos sujeitos. Por isso, segundo Haesbaert (2006, p. 16), podemos conceber a territorialização...

[...] como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Cada um de nós necessita, como um “recurso” básico, territorializar-se. Não nos moldes de um “espaço vital” darwinista-ratzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido

⁹ Temos que fazer algumas ponderações ao uso do conceito de território produzido por Milton Santos, tendo em vista que nosso referencial principal é o geógrafo Arioaldo de Oliveira que discute o processo de construção/produção/apropriação do território pelos sujeitos, diferentemente da discussão de Santos cuja ênfase está no uso do território. Em suas palavras: “O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (SANTOS, [199?], p. 10).

muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo.

Dessa forma, concebemos que não existe sociedade sem território, pois o ser humano, necessariamente, vive em um território onde realiza todas as suas relações, por isso a sociedade está inserida em um território. Sendo assim, fundamentalmente, o conceito de sociedade implica em espacialização ou territorialização. Logo, espaço social e sociedade formam uma totalidade indissociável, tendo as mesmas características/qualidades, pois são frutos da mesma construção histórica. Sendo ao mesmo tempo a condição que possibilita essa construção e o resultado dessa construção. Nas palavras de Haesbaert (2006, p. 20):

A começar pelo simples fato de que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização ou, num sentido mais restrito, sua territorialização. Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial”.

Pensando o território nessa concepção, não devemos negligenciar a importância dos sujeitos que o produzem, ou seja, “[...] homens concretos (os homens em suas conformações de classe social) travando relações concretas (contradições de classes)” (MOREIRA¹⁰, 1985, p. 70). Dessa forma, a construção do território se faz, em nosso período histórico, por uma sociedade sob o modo de produção capitalista. Logo, sociedade “[...] não é uma sociedade de homens iguais: é uma sociedade de classes sociais”. (MOREIRA, 1985, p. 68).

Sendo assim, inerentes ao processo de territorialização está a sociedade de classes. Sociedade esta marcada pela luta de classes, ou seja, uma sociedade estratificada/classista formada de quatro classes

¹⁰ Estamos utilizando Moreira, apesar de este autor trabalhar com o conceito de espaço, e com a existência de apenas duas classes antagônicas na sociedade capitalista, a saber: “Burguesia e Proletariado”, negando deste modo a existência do campesinato. Em suas palavras: “[...] uma parte dos homens somente possui sua própria força de trabalho (o proletariado) e a outra parte possui o conjunto das condições materiais do trabalho (a burguesia) [...]”. (MOREIRA, 1985, p. 71). Entretanto, entendemos que existem mais duas classes sociais no capitalismo: os proprietários de terra e os camponeses (ALMEIDA, 2006).

fundamentais: de um lado proletariado e campesinato, do outro lado, burguesia e proprietários de terra. Cujo produto dessa sociedade é um território construído, conflituosamente, nessa luta mediada por um Estado capitalista. Neste sentido, o território é uma totalidade dinâmica/contraditória produzida no processo material de produção/reprodução do capital mediada pela superestrutura, ou seja, os poderes simbólicos, políticos, ideológicos, jurídicos etc. Sendo assim, ao reproduzir sua existência material, por meio das relações de trabalho, a humanidade produz a sociedade. A sociedade classista ao reproduzir-se, produz o território. Nas palavras de Oliveira (2004, p. 40):

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travadas pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra¹¹. (grifo nosso).

Dessa maneira, o território não existe “em si”, mas ele é produzido historicamente pelas relações sociais de produção no interior da lógica, dinâmica e contraditória, do modo de produção vigente. Por isso, concordamos com Oliveira (2004, p. 40) que: “[...] são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da socialização contínua da natureza”.

Dessa forma, passam a ser características inerentes ao território os processos dinâmicos/dialéticos simultâneos de “[...] construção/destruição/manutenção/transformação [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 40). Por conseguinte, o território tem por característica essencial ser *dinâmico e contraditório* e, logo, em constante movimento. Sendo assim, podemos sintetizar o território como “[...] a unidade dialética,

¹¹ Para Oliveira o campesinato é uma fração da classe dos proprietários de terra. Daí sua afirmação de três classes fundamentais do sistema capitalista.

portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 40, grifo nosso).

Podemos dizer, ainda, que o território configura-se como produto e condição da reprodução da sociedade, que sob o modo de produção capitalista pode significar reprodução ampliada do capital e da força de trabalho, bem como reprodução simbólica da cultura dos povos inserida na sua territorialidade. Visto que não existe subjetividade separada da materialidade, o território é, pois, formado por essa totalidade de relações humanas.

Entendemos, então, o espaço geográfico numa perspectiva territorial, como um produto *relacional*, ou seja, construído na totalidade das relações sociais que envolvem múltiplas formas de poder. Porém, de forma geral, há um predomínio do *poder econômico e político* como “motor” condicionante principal dessas relações. Dessa maneira, apesar de sabermos que o poder está impregnado no tecido social, perpassando todas as relações humanas, a conexão entre o poder econômico e o político é a essência da produção territorial sob o modo de produção capitalista. Nas palavras de Damiani (2002, p. 19):

Dividir o significado do poder pode significar diluí-lo. Sabemos da importância de toda e qualquer vontade de poder; sabemos da existência de uma multiplicidade de poderes - econômicos, políticos, sociais, que definem territorialidades. Mas a essência do processo, que demarca todas as demais circunstâncias, é o atrelamento entre o político e o econômico [...].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independente das categorias de análise geográfica que vamos privilegiar em nossa análise da realidade, espaço ou território, não devemos nos esquecer que sua produção deve ser entendida como uma construção histórica por meio de uma sociedade de classes subordinada ao modo de produção capitalista.

A alienação, a coisificação, a desumanização, a desigualdade social, a violência, a depredação ambiental, a destruição da sociobiodiversidade etc., causados por efeito, direto ou indireto, do processo de acumulação e concentração do capital, demonstram a

clara necessidade de construção de uma outra realidade onde a relação sociedade e natureza não sejam mais sujeitadas ao capital. E, conseqüentemente, a produção do território se faça de maneira a privilegiar o ser humano e não mais o mercado. Que o mundo dos homens seja mais valorizado que o mundo das coisas. E, neste sentido, que o processo de produção territorial seja inerente ao processo de humanização.

O processo de subordinação das relações sociais e, conseqüentemente, do trabalho e da produção do espaço e do território ao capital, não é uma relação fatalista, infinita ou estável, pois as relações sociais são dinâmicas e mutáveis. Como afirma Santos (2001): a realidade é constituída não só do que existe hoje, mas do que pode vir a existir concretamente aqui, ali ou em qualquer parte.

Por isso, partindo do princípio de que o processo de construção do conhecimento (a educação, a ciência, a arte, a teologia, a filosofia etc.) não é neutro devemos demonstrar a nossa posição frente à realidade contraditória e desigual capitalista, ou seja, temos que definir nossa opção política em nossa atuação intelectual. E nesse caso entendemos, assim como Oliveira (1999), que o conhecimento deve estar a serviço da justiça social. Neste sentido, nossa intenção é de colaborar não só com o debate para auxiliar no desenvolvimento do conhecimento científico geográfico, mas de estar contribuindo, também, para a construção de um outro projeto civilizacional, de um outro modelo socioeconômico e de uma outra lógica globalizante para a produção de um território emancipado do capital.

A atuação dos movimentos sociais, em geral, e, mais especificamente, a construção da espacialização e da territorialização do MST¹² (FERNANDES, 2000), demonstram a nítida possibilidade de construção de uma outra realidade tendo em vista que os sujeitos são capazes de produzirem suas parcelas territoriais, mesmo que ainda subordina-

¹² Espacialização: marchas, ocupações de prédios públicos, obstruções de rodovias, acampamentos etc. Territorialização: construção do assentamento (FERNANDES, 2000).

¹³ “[...] a territorialidade [...] reflete a multidimensionalidade do “vívido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. [...]”. (RAFFESTIN, 1993, p. 158). “[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que originam um sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo”. (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

dos ao capital, mas com a sua identidade. Sendo capazes de produzir/reproduzirem suas territorialidades¹³ na medida em que se reproduzem, material e simbolicamente, como sujeitos da mudança.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire A. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe.** São Paulo: UNESP, 2006a.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** São Paulo: Ática, 1986. (Princípios, 53).

CREVOISIER, Oliver. A abordagem dos meios inovadores: avanços e perspectivas. **Interações: Revista internacional de desenvolvimento local**, Campo Grande, v. 4, n. 7, p. 15-26, set. 2003.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana-MS.

FERNANDES, Bernardo M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: _____ (Org.). **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos.** São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos, 48).

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Educação e ensino de geografia na realidade brasileira. In: OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Para onde vai o ensino da geografia?** 4. ed. São Paulo: Pinski, 1994. p. 135-144.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In: _____ (Org.). **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-158.

SANTOS, Milton. A transição em marcha. In: _____ (Org.) **Por uma outra globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 141-174.

_____. **O dinheiro e o território**. [S.L: s.n.]: [199?]. p. 9-15. (mimeografado).

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

Recebido em 07/10/2008.

Aprovado para publicação em 12/04/2009